

## ■ Lulismo e o fazer-se de uma nova classe<sup>1</sup>

.....Jean Tible

Para Márcio Ricardo de Carvalho, *in memoriam*

O Brasil, outrora o campeão mundial da desigualdade, a está diminuindo. Uma forte ascensão social se produziu na última década e tem suscitado um amplo debate político e acadêmico que interessa os movimentos, universidades, governos, organizações internacionais e empresas. Sem dúvida, algo forte ocorreu no Brasil nos últimos dez anos, o que alguns chamam de “orkutização” do país. Em 2005, um ano após sua criação, o Orkut é traduzido para o português e, a partir daí, esta rede torna-se tão popular no Brasil que o Google passa seu controle para a filial brasileira, pois os brasileiros representavam metade do público total. Se esta palavra é usada com conteúdo pejorativo por alguns, que lamentam a (surpreendente) apropriação popular e “invasão” de ferramentas antes restritas e exclusivas de uma elite principalmente branca e universitária, ela expressa, sobretudo, uma popularização em amplos setores que veio para ficar<sup>2</sup>.

A “orkutização” como metáfora da ascensão social de milhões de brasileiros – e a chegada em universidades, aeroportos e outros espaços sociais antes fechados – ocorrida durante os governos dos últimos dez anos. Este artigo busca apresentar e discutir algumas questões sobre o chamado lulismo. Nesse sentido, após apresentar alguns números acerca da redução da desigualdade no Brasil e uma breve caracterização desse fenômeno político, alguns pontos são problematizados: trata-se de uma nova classe média ou trabalhadora? Qual é a leitura que fazem desse fenômeno o governo brasileiro e o Partido dos Trabalhadores (PT)? Que visões políticas e acadêmicas desta ascensão social? Que perspectivas esta abre?

### A década da queda da desigualdade

Na contramão dos países desenvolvidos – a desigualdade aumentou em todos os países da OCDE desde 1985 (salvo na França e Bélgica) –, no Brasil esta

---

1 Versão ligeiramente modificada do artigo “¿Una nueva clase media en Brasil? El lulismo como fenómeno político-social”, *Nueva Sociedad*, n. 243, enero-febrero 2013, p. 4-17

2 VIANNA, Hermano *et al.*, “Orkutização do cotidiano brasileiro” em *Vozes da Classe Média*, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Presidência da República, Brasil, 2012.

tem diminuído. Se seu crescimento econômico é mais modesto que o dos demais BRICS, acompanha-se, no entanto, de redução das disparidades. Nesses, impera um crescimento “tradicional”, com aumento das desigualdades: na Rússia, o Índice de Gini passa de 0,22 em 1992 para 0,44 em 2008 e na China, Índia e África do Sul, a renda dos 10% mais ricos têm crescido mais que a dos 10% mais pobres<sup>3</sup>.

Os números da PNAD/ IBGE<sup>4</sup> indicam que entre 2001 e 2009, a renda dos 10% mais ricos aumentou 16% e a dos 10% mais pobres quase dobrou (91%). Em 2011, o país atingiu o menor nível de desigualdade desde os primeiros registros nos anos 1960 (embora permaneça altíssimo). Surge, segundo o economista Marcelo Neri, a nova classe média: mais de 39 milhões entram na classe C entre 2003 e 2011, considerando uma renda entre 1.200 e 5.174 reais mensais. Em 2011, representam 105,5 milhões de brasileiros<sup>5</sup>.

Esse dinamismo social se manifesta diferencialmente em termos regionais, espaciais e sociais, pois a renda sobe 41,8% no Nordeste contra 15,8% no Sudeste, mais na periferia que no centro de São Paulo e é mais forte nas regiões rurais que urbanas. É, também, observado um mais contundente crescimento da renda das mulheres (38% contra 16% dos homens) e dos negros (a dos pretos sobe 43,1% e dos pardos 48,5% contra 20,1% dos brancos)<sup>6</sup>. Em suma, grupos tradicionalmente mais pobres viram sua renda crescer mais do que a dos demais segmentos da população, ainda mais significativos se considerarmos o racismo e patriarcalismo brasileiros.

Tem-se a “década da redução da desigualdade” (2003-2012), o que se reflete no chamado Ranking da Felicidade (Gallup World Poll), que indica um aumento do índice de satisfação com a vida. Se, em 2001, o Brasil estava no 44o. lugar, em 2006, passou a ocupar o 23o. e, em 2011, alcança a liderança entre 132 países<sup>7</sup>. Isto se reforça no levantamento do Boston Consulting Group (BCG), que mostra que o Brasil teve o maior ganho de bem-estar em 5 anos, a partir de um Índice de Desenvolvimento Econômico Sustentável, tendo por base 51 indicadores, obtidos de fontes do Banco Mundial, FMI, ONU e abrangendo 150 países. O

---

3 NERI, Marcelo, *A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide*, São Paulo, Saraiva, 2012, p. 23;56.

4 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

5 NERI, Marcelo, p. 27.

6 NERI, Marcelo, p. 33.

7 NERI, Marcelo, p. 46.

desempenho brasileiro deve-se sobretudo à melhora na distribuição de renda e ao aumento da escolaridade<sup>8</sup>.

## Lulismo

Ganha corpo, nesse sentido, o lulismo como fenômeno político. O governo Lula e suas políticas sociais de combate à pobreza e à miséria, o aumento do salário mínimo, da proteção social e dos créditos para o andar de baixo geraram um grande dinamismo econômico e uma ativação do mercado interno e isto sem ruptura de contratos como já o apregoara a *Carta aos Brasileiros*, escrita durante a campanha eleitoral de 2002. Estas políticas – incluindo a universalização da eletricidade, o acesso à universidade via cotas sociais e raciais, a grande criação de empregos – deslocam o apoio dos mais pobres, que antes temiam Lula e não apoiavam o Partido dos Trabalhadores (PT), cuja base se concentrava nos trabalhadores organizados e setores médios. Seus efeitos somados ao contexto da crise do dito mensalão provocam um “realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo”<sup>9</sup>, tendo em vista que este escândalo não afeta o apoio dos mais pobres, mas sim o dos mais abastados.

Para o cientista político e ex-porta-voz da Presidência da República, tal realinhamento diz respeito à uma mudança-chave do eleitorado a abre um ciclo político longo, fazendo um paralelo com o ocorrido nos Estados Unidos da América (EUA) com o governo Franklin Delano Roosevelt. Um novo ciclo marcado por uma agenda de combate à pobreza. O lulismo seria, assim, o “encontro de Lula como liderança com uma fração de classe, o subproletariado”<sup>10</sup>. Por meio do emprego formal, o subproletariado chega à condição proletária e, desse modo, “o lulismo constitui a ruptura *real* da articulação anterior, ao *descolar* o subproletariado da burguesia, abrindo possibilidades inéditas a partir dessa *novidade histórica*”, criando “um bloco de poder novo”<sup>11</sup>. De acordo com Singer, o subproletariado, fração de classe, apesar de majoritário enfrenta dificuldades para criar suas próprias organizações. Dessa forma, surge com força na política com o Governo Lula, sendo por seu tamanho decisivo nas eleições, sobretudo no Nordeste.

---

8 Valor, 27 de novembro de 2012, p. A8

9 SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia das Letras, 2012, p. 13.

10 SINGER, André, p. 29.

11 SINGER, André, p. 44-45.

A ação do Governo Lula acabou sendo a concretização de um programa dessa fração de classe, isto é crescimento com estabilidade – sem confronto com a ordem – e ajuda aos mais pobres. Nesse mesmo espírito, Neri coloca que “a volta do crescimento, desde 2004, torna o processo redistributivo num jogo de somas positivas, no qual o ganho de maiores fatias do bolo pelos mais pobres não implica em perdas absolutas dos mais ricos”<sup>12</sup>. Tal estratégia lulista ataca o que era, na visão de alguns intérpretes do Brasil – como Caio Prado Jr. e Celso Furtado –, um nó no desenvolvimento brasileiro, já que um “aspecto interessante da contradição brasileira é que a ‘grande massa’ empobrecida *abria e fechava simultaneamente as perspectivas de desenvolvimento autônomo* do país”<sup>13</sup>.

A miséria limitava de forma decisiva o potencial de mercado interno, reforçado por heranças sociais como a escravidão. O distribuir para crescer parece estar desatando esse nó. Trata-se, no entanto, de um fenômeno contraditório; “conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento”. E nesse equilíbrio entre reformas e concessões, vislumbra-se uma redução paulatina das gritantes desigualdades brasileiras, em processos vagarosos, como os da abolição da escravidão, do declínio das oligarquias no período republicano e do coronelismo<sup>14</sup>.

### Que “nova classe”?

Melhoras significativas no padrão de vida do andar de baixo, fruto de mobilizações sociais e políticas públicas. Como pensar estas transformações? Uma clivagem: à existência de uma nova classe média, outros autores propõem a compreensão de uma nova classe trabalhadora. O economista Marcelo Neri foca sua análise em “estratos de renda, econômicos”, isto é no “bolso, a parte mais sensível da anatomia humana”. A nova classe média, para ele, tem como sonho o de subir na vida e é percebida no sentido estatístico, pois “compreendida entre aqueles acima da metade mais pobre e um pouco abaixo dos 10% mais ricos”<sup>15</sup>. Já o sociólogo Jessé de Souza, a partir de uma pesquisa teórica e empírica (com trabalhadores do telemarketing, feira de Caruaru, mercado Ver-o-Peso de Belém e rurais), questiona contundentemente esta compreensão. Ao pensar em termos de uma “nova classe média”, existe uma tentativa de encobrir as classes e seus

---

12 NERI, Marcelo, p. 45.

13 SINGER, André, p. 17.

14 SINGER, André, p. 9;17.

15 NERI, Marcelo, p. 17-20.

conflitos. Para o autor, “os indivíduos são produzidos ‘diferencialmente’ por uma ‘cultura de classe’ específica” e, assim, isso escapa tanto ao “economicismo liberal” quanto ao “marxismo tradicional”. São tornados invisíveis fatores não-econômicos que dão origem e reproduzem a desigualdade social na forma de transferência de valores e reprodução de privilégios, abrindo ou reduzindo possibilidades (casamentos, amizades, relações...)¹⁶.

As classes médias não possuem tanto o capital econômico e mais um capital cultural, na forma de conhecimentos, qualidades e disposições valorizados para a reprodução do Estado e do mercado, havendo um privilégio de classe. Por outro lado, forma-se uma nova classe trabalhadora, que conseguiu, a duras penas e esforços conquistar uma condição social melhor. Superexplorada, efetuando longas jornadas, conciliando trabalho e escola e contando, em geral, com a ajuda de um capital familiar e valores de trabalho duro e continuado, surge esta nova classe. Pensar em termos de uma “nova classe média” impede de perceber essa superexploração. Nova, pois Jessé de Souza a insere no contexto de um capitalismo flexível que poupa gastos com controle e supervisão ao fazer crer que o trabalhador é autônomo e livre; um fábrica generalizada a céu aberto, num novo regime de trabalho.

A ênfase no termo “nova classe média” e seu suposto peso na população (metade da população faria parte desta) olvida a desigualdade como traço estrutural do capitalismo brasileiro, que continua um dos mais desiguais (17o. do mundo, 4o. da América Latina): seu Índice de Gini é de 0.508, enquanto é de 0.290 na Alemanha, 0.308 na França e 0.244 na Suécia¹⁷. Os 20% mais ricos ficam com quase 60% dos rendimentos e “os 10% mais ricos recebem uma renda média 40 vezes superior aos 10% mais pobres”, sem esquecer da profunda desigualdade na estrutura fundiária, na qual 40 mil proprietários concentram 50% das áreas agricultáveis¹⁸. Um país no qual 30% dos domicílios não tem simultaneamente as “condições mínimas: água tratada, coleta de esgoto por rede ou fossa séptica, recolhimento de lixo e eletricidade”¹⁹. E onde vemos a continuação de um racismo institucional robusto: apesar da considerável melhoria na renda dos negros, a taxa de homicídio dos negros aumentou ligeiramente, enquanto a dos brancos diminuiu nos últimos

---

16 SOUZA, Jessé de. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012, p. 22.

17 O Estado de São Paulo, 29 de novembro de 2012, p. A27.

18 BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). *O Brasil Real: a desigualdade para além dos indicadores*. São Paulo, Outras Expressões, 2012, p. 139.

19 O Estado de São Paulo, 29 de novembro de 2012, p. A28.

dez anos<sup>20</sup>. Ademais, “nove em cada dez postos de trabalho criados no setor formal têm remuneração inferior a três salários mínimos [R\$ 1.635,00]”, concentrando-se no setor de serviços, e o “o rendimento médio real trimestral dos assalariados, volta a crescer depois do desastroso resultado da década de 1990, não acompanha a velocidade dos ganhos de produtividade”<sup>21</sup>.

Haveria queda na desigualdade da renda, mas não da riqueza? Uma dificuldade se situa no fato das rendas do capital estarem subestimadas na PNAD/IBGE. Assim, o economista Fernando da Costa propõe cruzar seus dados com o do Imposto de Renda<sup>22</sup>, o que está nos planos do novo presidente do IPEA, Marcelo Neri<sup>23</sup>. Contra-argumentaria Wladimir Pomar que os ricos jamais declaram suas rendas reais, nem para o Imposto de Renda...<sup>24</sup>. A economista Leda Paulani insiste no fato de 80% da dívida pública estar nas mãos de 20 mil pessoas<sup>25</sup> e tal argumento reforça-se com a explosão do mercado de luxo no país. Nesse debate ainda em aberto, Marcio Pochmann e Singer responderiam, no entanto, com o aumento da participação do rendimento dos trabalhadores na renda nacional (de cerca de 15% desde 2004, contrariando a tendência inversa que vinha desde a década de 1960)<sup>26</sup>.

### Debates no PT e no governo

Esse debate (nova classe média ou trabalhadora) aparece no seio do Governo Federal e do principal partido de esquerda. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) define a classe média como renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019. 54% da população brasileira seria classe média e 30 milhões (15% da população) na última década passaram de um rendimento per capita abaixo de R\$ 250 para um rendimento maior, afirmam o (agora ex-)

20 WAISELFISZ, Julio Jacobo. *O Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro, CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

21 BARBOSA, Alexandre de Freitas, p. 42-43.

22 COSTA, Fernando da. “Riqueza protegida pelo anonimato”. Entrevista a Luiz Antonio Cintra. *Carta Capital*, 23 de novembro de 2012.

23 NERI, Marcelo. “Pretendo estudar a renda dos mais ricos”, *Revista Época*, Outubro de 2012.

24 POMAR, Wladimir. *Debatendo classes e luta de classes no Brasil*. São Paulo, SRI-PT, 2012, p. 12.

25 PAULANI, Leda. “Lula: governo amigo do capital financeiro”. *IHU On-Line*, 8 de outubro de 2007.

26 POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012. SINGER, André.

ministro Moreira Franco e seu secretário Ricardo Paes de Barros<sup>27</sup>. Isto é reiterado em estudo da SAE, “Vozes da Classe Média”, em parceria com Caixa Econômica Federal e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o apoio da Confederação Nacional das Indústrias (CNI)<sup>28</sup>.

A Presidenta Dilma Rousseff refere-se constantemente ao objetivo de tornar o Brasil um país de população de classe média<sup>29</sup>. Isto se liga ao empenho declarado durante a campanha em 2010 de acabar com a miséria no Brasil, que no início do seu mandato correspondia a 17 milhões de pessoas e se concretizou, após no seu governo no lançamento dos programas Brasil Sem Miséria e Brasil Carinhoso. O governo calcula que, com a primeira fase deste programa – beneficiando famílias extremamente pobres com filhos de até seis anos – o número tenha baixado para pouco menos de 10 milhões e na segunda – chegando igualmente a famílias com crianças e jovens de 7 a 15 anos – deve diminuir para menos de 3 milhões<sup>30</sup>. No início de 2013, o benefício foi estendido para todas as famílias cadastradas no Bolsa Família ainda na faixa de renda de extrema pobreza e o governo calcula a permanência de 700 mil famílias nesta situação, colocando-se como desafio encontrá-las. Cabe lembrar que o lema do seu governo é “país rico é país sem pobreza”.

No entanto, parece haver certa distância entre o discurso do Governo Federal e o do Partido dos Trabalhadores. A mudança na presidência do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA) liga-se a esse ponto. Enquanto o presidente atual, Marcelo Neri, lançou o livro *A Nova Classe Média*, a partir de estudos que coordenou no âmbito do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), Marcio Pochmann defendeu posição distinta, ao publicar o livro *Nova Classe Média?* antes de deixar a Presidência do IPEA para disputar a prefeitura de Campinas. E Pochmann acaba de assumir a presidência da Fundação Perseu Abramo, que deve divulgar nas próximas semanas uma ampla pesquisa sobre esse tema da “nova classe”.

---

27 MOREIRA FRANCO e PAES DE BARROS, Ricardo. “O que define a classe média”, Valor, 09 de julho de 2012.

28 Vozes da Classe Média, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Presidência da República, Brasil, 2012.

29 Ver, por exemplo, Financial Times, 2 de outubro de 2012 e El País, 18 de novembro de 2012

30 Secretaria de Comunicação Social da Presidência, “Brasil Carinhoso é ampliado para tirar mais 7,3 milhões de brasileiros da pobreza extrema”, Boletim 1668, 30 de novembro de 2012.

Haveria um curto-circuito dos discursos entre partido e governo neste debate ou tratar-se-ia de ângulos distintos? Os quadros petistas insistem em pensar esta ascensão social em termos de uma classe trabalhadora, em detrimento de uma classe média em ascensão, que seria o discurso governamental (embora com matizes dentro do governo). Por exemplo, o dirigente nacional do PT José Dirceu afirma, ao entrevistar Marcio Pochmann para o seu *site*, que a ascensão foi de trabalhadores e lhe pergunta se estes teriam virado classe média. Pochmann reconhece a mudança em curso e a mobilidade social no Brasil contemporâneo, mas defende – junto com André Singer e Jessé de Souza, como vimos acima – que “a classe média não se percebe exatamente pela renda. Classe média é um padrão de consumo, de estudo, de futuro”. E coloca que “a agenda de políticas nas quais o Estado deve atuar difere quando se fala de classe média ou de classe trabalhadora. A classe média não necessariamente está preocupada com políticas universais”. Ademais, coloca uma preocupação constante de muitos quadros petistas, a saber a politização dessa “nova classe”; pensa Pochmann ser “importante que os sindicatos, as associações de bairros, os partidos políticos identifiquem como construí-la para este novo segmento, porque ele poderá, inclusive, liderar a maioria política da organização do país nos próximos anos”<sup>31</sup>. Isso é reiterado por Artur Henrique, ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), compreendendo-a como nova classe trabalhadora e a pensando em disputa entre valores individualistas e consumistas neoliberais, por um lado, e valores coletivos, de solidariedade, por outro. O desafio da esquerda, assim, seria de “elevar a consciência crítica desses trabalhadores”<sup>32</sup>.

### Politização

Alguns autores defendem – à direita (Bolívar Lamounier e Amaury de Souza) e à esquerda (Rudá Ricci) – que ocorreu uma inclusão via consumo e que esta é – ou será – conservadora. Um aumento do padrão de consumo, ascensão social e presente/porvir conservador. Os primeiros defendem (e esperam) que se tornem uma classe média “clássica” isto é conservadora, tentando situar seus méritos mais num triunfo do mercado (e das políticas de Fernando Henrique

---

31 POCHMANN, Marcio. “O Brasil pode ousar mais”. Entrevista a Zé Dirceu, *Site Zé Dirceu*, 12 de fevereiro de 2012.

32 SILVA, Artur Henrique. “Aprofundar mudanças rumo a um modelo de desenvolvimento sustentável”. *Nueva Sociedad*, Junho de 2012.



Cardoso) e enfatizando a corrupção como um problema decisivo no Brasil<sup>33</sup>. A maior tolerância para com a corrupção por parte do andar de baixo se deveria à falta de capital social como o da classe média tradicional. Numa ausência de visão “crítica”, pensariam só com o estômago. Daí a volta à tona do termo populismo.

E o segundo lamenta a alienação dos setores ascendentes. O sociólogo Rudá Ricci defende se tratar de uma nova classe média por ser menos “politizada” e “ideologizada”, possuindo pouco interesse público e sendo mais “pragmática”, pois “o lulismo opera a partir da integração, pela tutela do Estado, das massas urbanas e rurais ao mercado de consumo de classe média, que historicamente formaram linhagens de pobres e marginalizados, formando uma árvore genealógica do ressentimento, cinismo e desconfiança em relação à política e à institucionalidade pública vigente. A inclusão pelo consumo define sua relação com sua base social e dá o tom do conservadorismo lulista”<sup>34</sup>.

Recente pesquisa, “Valores e Estrutura Social no Brasil”, feita pelo IPEA em parceria com a SAE e a Secretaria Geral (SG/PR) busca apresentar alguns posicionamentos da população brasileira acerca de diversos temas, como participação política, direitos das minorias, aborto, pobreza e papel redistributivo do Estado, num contexto em que de 2001 a 2011, a renda dos 10% mais pobres cresceu 550% mais que a dos 10% mais ricos<sup>35</sup>. A surpresa talvez se dê com as posições predominantemente progressistas. Por exemplo, sobre direitos das mulheres, maioria expressiva discorda das frases “o homem ter a ‘última palavra’ nas decisões de um casal”, “maior capacidade de liderança dos homens no trabalho em relação às mulheres” ou ainda “mulher ter de tolerar violência em ambiente doméstico em nome da união da família”. Isso também ocorre em perguntas sobre preconceito e discriminação contra os negros. Sobre a apreciação das lutas das minorias, o “positivo” e “muito positivo” predominam. Uma exceção se situa no direito ao aborto, sendo que os brasileiros que se declaram evangélicos têm menor propensão a aceitar os direitos das minorias e ao aborto.

Por outro lado, o apoio à ação redistributiva do Estado diminui conforme aumenta a escolaridade: é de 56% para os analfabetos, 49% para os que possuem ensino fundamental e de 38% para os que têm diploma de ensino superior. As con-

---

33 LAMOUNIER, Bolívar e SOUZA, Amaury. *A Classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro, Elsevier; Brasília, Confederação Nacional das Indústrias, 2010.

34 RICCI, Rudá. “Lulismo: mais que um governo”, *Revista Espaço Acadêmico*, n.115, novembro de 2010.

35 IPEA, SAE e SG/PR. *Valores e Estrutura Social no Brasil*, 2012.

clusões provisórias desta pesquisa indicam que as opiniões não mudam tanto com renda e mais de acordo com a religião, escolaridade, idade e região. Um ponto a destacar: quanto maior a escolaridade, maior a proporção de respostas progressistas (a respeito dos direitos das mulheres e minorias), mas também individualistas (acerca da ação redistributiva do Estado).

Os autores citados acima (Lamounier, Souza e Ricci) não percebem que “o realinhamento provocou uma repolarização e uma repolitização da disputa partidária”<sup>36</sup>. Ademais, “o lulismo e a divisão do eleitorado entre ‘ricos e pobres’ pode ser um indício, ao contrário do que se prega, de um processo de ‘esclarecimento’ das massas populares batalhadoras”. Para Jessé de Souza, isso quebra dois tabus: um que percebe “as massas” como passivas e alienadas e outro “que apenas um movimento organizado segundo os moldes intelectualistas da esfera pública burguesa faz política, e, sobretudo, política de esquerda”. Nem alienação, nem venda do voto por conta dos programas sociais, mas “motivações morais e democráticas” dos batalhadores<sup>37</sup>. Surpreendentemente para alguns, o lulismo acirrará a luta de classes; de acordo com Jessé de Souza, tal fenômeno “constitui a expressão mais evidente de uma acirrada luta de classes pela definição mesma do que é política – objeto por excelência das lutas de classe e da violência simbólica que nega autojustificação aos dominados”<sup>38</sup>. O autor enfatiza, neste contexto, a gritante desigualdade como o verdadeiro escândalo brasileiro: ter um terço de sua população fora do mercado e da política (ausência de defesa de seus interesses na esfera pública).

Outro autor percebe uma mudança profunda, ainda que gradual. Segundo o historiador Daniel Aarão Reis, manifesta-se um crescente interesse das “pessoas comuns”, a partir dos anos 1980, pelas instituições e pelas lutas institucionais; a “política, assunto de brancos ricos, começou a ser também de pardos, negros, índios e brancos pobres”. O autor faz, ademais, um paralelo com a situação pré-golpe de 1964, mas, nesse momento, os “movimentos populares queriam muito e muito rápido. Não deu. Veio o golpe, paralisou e reverteu o processo. Agora, não. A multidão come pelas bordas, com paciência e moderação, devagar e sempre, mas a fome destas gentes é insaciável”. Destaca, dessa forma, os elos entre democracia e diminuição da desigualdade, afirmando estar em curso “uma grande inversão” no

---

36 SINGER, André, p. 28-29.

37 SOUZA, Jessé de, p. 250-251.

38 SOUZA, Jessé de, p. 254.

jogo político e que “não vai ser tão fácil deter esta onda”<sup>39</sup>. Os cientistas políticos Sebastião Velasco e Regis Moraes argumentam nesse sentido, ao colocar que as políticas sociais e micro-econômicas liberam não somente o corpo, mas também a alma do sujeito que se converte em cidadão<sup>40</sup>.

## Perspectivas

Tal politização traz do ponto de vista ideológico novamente “à tona a gramática varguista, que opunha o ‘povo’ ao ‘antipovo’”. No curso do seu governo, ocorre uma aproximação de Lula e do PT do varguismo, do nacional-popular, do desenvolvimentismo. E, por sua representação do subproletariado ascendente e sendo “enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, o discurso popular ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos”<sup>41</sup>. Uma mutação curiosa e intrigante, pois o PT nasce combatendo, dentro da esquerda tanto o trabalhismo quanto os partidos comunistas, sendo que estes eram os tradicionais defensores de um projeto nacional e popular. Pode-se dizer que o desenvolvimentismo era predominante na esquerda (trabalhadores urbanos e rurais, setores médios como estudantes, artistas e intelectuais) nos anos 1950 e 1960. Este se enfraquece com o golpe civil-militar e seu posterior desenvolvimentismo pela direita (com segurança). Nos anos posteriores, ganham força a crítica ao desenvolvimentismo, “acusado de silenciar sobre as lutas de classes e de ter uma concepção de Estado acima delas”<sup>42</sup>. O PT nasce nesse contexto de fortes críticas a esse modelo desenvolvimentista.

Entretanto, nos anos 1990, outros setores críticos ao desenvolvimentismo vão governar. Basta lembrar o discurso de Fernando Henrique Cardoso no Senado, em dezembro de 1994, entre sua vitória e a posse, onde dizia ser necessário enterrar a chamada Era Vargas. Neste caso, a crítica ao desenvolvimentismo se convertia numa quase apologia aos mecanismos do mercado. Por sua vez, com os óbvios limites desses governos e suas políticas (venda do patrimônio público e aumento da dívida e da vulnerabilidade do Brasil, alto desemprego...), retoma força o discurso desenvolvimentista, desta vez contra as políticas neoliberais. Os resul-

---

39 AARÃO REIS, Daniel. “Uma grande inversão”. *O Globo*, 7 de setembro de 2010.

40 VELASCO, Sebastião e MORAES, Reginaldo C. “A construção retomada: desafios políticos e perspectivas internacionais para o Brasil”. *Nueva Sociedad*, outubro de 2008.

41 SINGER, André, p. 16;83.

42 RIDENTI, Marcelo. “Vinte anos após a queda do muro: a reencarnação do desenvolvimentismo no Brasil”, *Revista USP*, São Paulo, n.84, dezembro/fevereiro 2009-2010, p. 53.

tados destas políticas, somados à ausência de alternativas mais radicais, “trouxeram de novo propostas diferenciadas de atuação do Estado para a retomada do desenvolvimento nos marcos do capitalismo. No caso brasileiro, a experiência acumulada nessa área é a do desenvolvimentismo”<sup>43</sup>.

O PT foi, assim, se aproximando da tradição desenvolvimentista. O sociólogo Marcelo Ridenti lembra de um debate em 1998 onde se comemoravam os 30 anos de Maio de 1968. O autor dividia a mesa com o então presidente do PT, José Dirceu, e ao ouvi-lo defender o projeto de retomar o desenvolvimento, do papel do empresariado nacional, da defesa da cultura nacional e omitir qualquer referência classista – clássica do petismo –, Ridenti perguntou se, desse modo, não estava ocorrendo uma volta das teses pecebistas desenvolvimentistas, que ele criticara em 1968. Dirceu, ao responder, confirmou, colocando que desta vez haveria condições, anteriormente inexistentes, para um “desenvolvimento nacional policlassista”, de certa forma atualizando o “projeto desenvolvimentista de revolução nacional-democrática dentro da ordem institucional, formulado pelo PCB [Partido Comunista Brasileiro] no final dos anos 1950”<sup>44</sup>.

Porém, o desenvolvimentismo não pode ser o mesmo. Além das críticas político-econômicas dos anos 1960-1980, temos os limites – ecológicos – do planeta. O PT, partido que tanto inovou, tanto no programa – ao abrir uma brecha entre o trabalhismo e os partidos comunistas – quanto em suas formas políticas, por sua democracia interna – que, nos momentos difíceis, o salvou – e sua ênfase na participação popular nos governos, está devendo uma reflexão e formulação sobre estas questões. E isto nas palavras mesmo de seu presidente, Rui Falcão: “seja como for, desde o início do governo Lula o PT deixou de examinar com mais atenção, o desenho das classes sociais, sua estrutura e contradições – algo que fizera anteriormente, embora de forma superficial, em alguns encontros e congressos. Urge, agora, quando o PT vai completar 33 anos, e o modo petista de governar, 10 anos presidindo o país, atualizar o nosso conhecimento da realidade brasileira, aí incluída a estrutura de classes – até para deixar mais nítido quem o PT representa e a quem se opõe, tendo em vista a consecução do nosso projeto”<sup>45</sup>.

Se a classe trabalhadora é “nova”, deve-se qualificar em quê e, também, de quê capitalismo e classes se está falando... O PT nasce no fim dos anos 1970

43 RIDENTI, Marcelo, p. 56.

44 RIDENTI, Marcelo, p. 55.

45 FALCÃO, Rui. “Apresentação” in POMAR, Wladimir. *Debatendo classes e luta de classes no Brasil*. São Paulo, SRI-PT, 2012, p. 5-6.

(sendo fundado oficialmente em 1980). Estes anos representam para o Brasil um período bastante particular, momento em que “novos personagens entraram em cena”, título de um dos relatos mais conhecidos dos movimentos de resistência daquela década<sup>46</sup>. Uma novidade na história brasileira: trabalhadores em movimento e em grande número, criando suas práticas de luta num processo de auto-construção. E como o destacou o historiador e dirigente nacional do PT Marco Aurélio Garcia, “foi a prática da luta social que levou os trabalhadores a avanços inigualáveis em termos de consciência e organização”. Assim, “inverteu-se a expectativa de que um dia a teoria chegasse à classe operária, para melhor guiá-la: foi a classe que chegou à teoria”<sup>47</sup>. A classe não como uma abstração, mas sim em termos de uma auto-constituição; a classe existe porque luta<sup>48</sup>. Está em curso o processo de fazer-se da nova classe, formando-se no Brasil os produtores em sua diferença (negros, índios, operários, camponeses, pobres, ativistas digitais, trabalhadores da cultura...) neste que seria o terceiro momento de grandes transformações na história da República, após os anos 1930 e os anos 1950-1960<sup>49</sup>.

O lulismo altera a composição do PT e transforma-o num “partido dos pobres”, com a “mudança de base social a partir de 2006” e a diminuição da renda familiar média do simpatizante do PT, da proporção dos que tem acesso à universidade e da participação do Sudeste<sup>50</sup>. No entanto, trata-se mais de uma representação (voto) do que participação mais efetiva. Os pobres (em particular, negros e mulheres) são o motor desse crescimento recente, que, por sua vez, é decisivo na projeção internacional do Brasil. Como vimos, o PT defende a “política” e “organização” dos que estão ascendendo socialmente. Conseguirão, no entanto, PT, CUT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ou-

---

46 SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

47 GARCIA, Marco Aurélio. “São Bernardo: A (auto) construção de um movimento operário”. *Desvios* n.1, novembro de 1982, p.10-27.

48 THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

49 GARCIA, Marco Aurélio. Em SADER, Emir e GARCIA, M. A. *Brasil: Entre o Passado e Futuro*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2010. Para uma tentativa de trabalhar as transformações lulistas numa leitura desde o Brasil e das lutas e capitalismo contemporâneos, ver COCCO, Giuseppe. *MundoBraz : o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2009.

50 SINGER, André, p.103.

.....

tros movimentos do ciclo político aberto no fim dos anos 1970 dialogar com esses novos setores? Dialogar significa, também, mudar, incorporar e se transformar. Disso depende o lulismo ir mais para a esquerda ou não, de lograr certas reformas “estruturais” como a política, agrária e a tributária, de aprofundar as mudanças em curso... Quem vem lá?

..... ■ **Jean Tible** é Doutor em Sociologia (Unicamp), professor de relações internacionais (Fundação Santo André) e diretor de projetos da FES Brasil.